A QUESTÃO DA AUTORIA NA ESCRITA VIRTUAL

Evandra Grigoletto (Universidade de Passo Fundo – UPF)

Resumo: Tomando a escrita virtual como um elemento estruturante do ciberespaço, o qual, por sua vez, está inserido e é determinado pelas relações sociais, mas, ao mesmo tempo, determina, isto é, cria regras próprias para a escrita que nele se produz, bem como considerando que, no ambiente virtual, os papéis da leitura e da escrita se (con)fundem, se interpenetram, a proposta do presente trabalho é observar como se constitui a questão da autoria no hipertexto. Segundo Lévy (1996), a partir do hipertexto, toda leitura tornou-se um ato de uma escrita interminável. E pensar a escrita como um processo interminável significa considerá-la incompleta, como uma materialidade discursiva lacunar, que abriga em sua constituição a alteridade do sujeito, a qual está marcada pela dimensão inconsciente dos sujeitos (autor e leitor) que se inscrevem nesse processo. Considerando essas características da escrita e partindo do pressuposto de que a escrita virtual se situa no entremeio do *discurso da escrita* e do *discurso da oralidade* (Cf. Gallo, 1992), este trabalho pretende lançar algumas reflexões acerca de questões como: produz-se um efeito-autoria na escrita virtual? E o efeito de textualização? Se a escrita virtual não se situa nem no discurso da escrita nem no discurso da oralidade, como se dá a sua legitimação? Será o autor responsável por essa legimitação?

Palavras-chave: Escrita virtual. Autoria. Sujeito

Adentrando no mundo da escrita virtual

Ao contrário do espaço - senão único, quase que exclusivo - da sala de aula reservado para a atividade da escrita na escola, a qual sempre tem um leitor marcado - o professor - com regras bem determinadas, o ciberespaço constitui-se num espaço onde a escrita é elemento estruturante, onde todas as pessoas que tem acesso à rede podem escrever de forma fluida, sem se preocuparem com a formalidade exigida pela escola. Na internet, o sujeito é constantemente convidado a interagir com outros sujeitos, muitas vezes desconhecidos, mas com os quais, no ambiente virtual, pode construir relações de intimidade. E essa interação se dá pela escrita, pelo hipertexto[1]. Logo, a escrita com espaço único, leitor marcado, com objetivo pré-determinado cede lugar a escrita em um espaço público, mundialmente conhecido, com leitores que são desconhecidos e (con)fundem com autores nesse espaço de interação. Uma escrita com objetivos muito diversos, que vão desde bater papo com um amigo, ou mesmo com um (des)conhecido, até divulgar textos acadêmicos.

[1] Hipertexto aqui tomado, segundo as considerações de Pierre Lévy (1996), como um texto estruturado em rede. "O hipertexto seria constituído de nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, seqüências musicais etc) e de ligação entre esses nós (referências, notas, indicadores, "botões" que efetuam a passagem de um nó a outro)" (Lévy, 1996, p. 44).

Partindo dessas considerações, podemos dizer que estamos diante de um processo de (re)invenção da escrita[2], no qual novos códigos, novas palavras e novas regras são criadas, consideradas válidas, as quais (re)significam e produzem sentidos. No entanto, tais regras, códigos, palavras não são quaisquer umas, pois também a internet pode ser considerada uma instituição[3] e, como tal, determina o modo dos sujeitos que nela se inscrevem simbolizarem sua subjetividade. Por estarem inseridos numa sociedade globalizada, os sujeitos-internautas estão determinados por uma forma-sujeito do capital, portanto, devem acompanhar, estar moldados à velocidade dessa sociedade. Trata-se de sujeitos ávidos, desejosos por dizer, por consumir, por significar, por interpretar, enfim, por produzir sentidos.

Chartier (2007) ratifica essa idéia do processo da (re)invenção da escrita, ao afirmar que o mundo eletrônico propõe, em relação à ordem dos discursos, os quais estão ligados, por sua vez, às revoluções da cultura escrita, uma tripla ruptura: uma nova técnica de inscrição e de divulgação do escrito; uma nova relação com os textos e uma nova forma de organização.

Tal ruptura implica novas formas de leitura, bem como novas formas dos sujeitos se relacionarem com a escrita e, conseqüentemente, com a história. Segundo Di Luccio & Nicolaci-da-Costa (2007, p. 98) "a leitura do texto eletrônico - o hipertexto - coloca o leitor contemporâneo diante de uma textualidade móvel e infinita que lhe permite fazer ajustes textuais singulares. É uma textualidade que nos remete ao mundo das navegações. Tendo a tela como suporte, navegamos de um texto a outro a partir de *links*."

Refletindo sobre essa relação do sujeito com a história e, por sua vez, com o simbólico, Orlandi (2006, p. 24) afirma que "a inscrição do sujeito na letra é um gesto simbólico-histórico que lhe dá unidade, corpo, no corpo social". Então, é pela determinação da história e, conseqüentemente, da ideologia, que o sujeito se individualiza, subjetivando-se de maneira singular em cada conjuntura sócio-histórica. Logo, a atual forma-sujeito do capital, que determina o sujeito da sociedade do espetáculo[4], se relaciona de maneira diferente com a escrita do que a forma-sujeito da religião, por exemplo, dominante em uma conjuntura sócio-histórica do passado. Em trabalho anterior, afirmamos que, na sociedade atual, "as

---

[2] Chartier (2002, 2007) destaca três grandes revoluções da cultura escrita: a passagem do rolo de papiro ou pergaminho para o códice manuscrito entre os séculos II e IV da era cristã, a criação da imprensa no século XV e o surgimento da tela do computador no século XX.

[3] O sujeito-internauta, ao produzir a escrita virtual, se filia à internet, a qual, por sua vez, também se filia e está determinada pela formação social do capitalismo, do mundo globalizado. Por isso, a partir dessas filiações, é que podemos dizer que a internet também se constitui em um espaço institucional, no qual, ao contrário da aparente liberdade, o sujeito também está submetido a leis, normas, ou seja, a relações de poder.

[4] Considero aqui sociedade do espetáculo, baseada em Coracini (2006), como aquela que se refere aos efeitos da mídia sobre os (tele)espectadores, os quais transformam todos os setores da vida em espetáculo.

novas tecnologias, incluída aí a internet, são umas das formas do sujeito moderno se relacionar com a escrita, singularizando-se por um gesto que é mediado pelo simbólico" (Grigoletto & Jobim, 2007, p. 69). Acrescento, nesse texto, que não se trata apenas de uma das formas do sujeito moderno se relacionar com a escrita, mas a principal. Assim, a internet constitui-se num lugar de dizer, que legitima uma escrita que não é nem tão formal e normatizada como a produzida na escola, tampouco livre de qualquer determinação.

Trata-se de uma escrita que se situa no entremeio do *discurso da escrita* e do *discurso da oralidade.* Conforme Gallo (1992), o discurso da oralidade é aquele que produz um sentido ambíguo e inacabado, enquanto o discurso da escrita produz um sentido único e desambigüizado, sendo legitimado institucionalmente. Logo, o discurso da escrita é o que é aceito e valorizado pela escola, no entanto, a escola não ensina esse discurso, "exatamente porque esse discurso tem um lugar próprio para existir, e um lugar sempre institucional, que não é a Escola" (Gallo, 1992, p. 59). Esse lugar institucional é a mídia, representada pelo jornal, pela televisão, pela publicidade e, agora, também pela internet que não só legitima o discurso da escrita, mas também o discurso da oralidade. A escola é a principal mantenedora do discurso escrito, mas não uma instituição produtora. Aos alunos é apresentado o discurso da escrita como o discurso legitimado socialmente, por isso, serve como objeto de estudo e, algumas vezes, até de análise, mas não é ensinado. O papel da escola deveria ser o de fazer a passagem do discurso da oralidade para o discurso da escrita que, segundo a autora, só se dá pela *assunção da autoria*[5]. Como a escola, tradicionalmente, não trabalha o processo de autoria, a escrita do aluno é, na maioria dos casos, uma reprodução do discurso da escrita que lhe apresentam como modelo, com um formato pré-determinado. E, com a chegada do chamado internetês, a escola sente que o seu modelo de repetição está ameaçado, afinal, o seu compromisso é com o idioma pátrio, aquele da gramática e do livro didático. Então, surge a questão: o internetês prejudica a escrita na escola? Voltarei a essa questão. Volto, agora, à questão que pontuei no início do parágrafo: será mesmo a internet um lugar de legitimação do discurso da escrita? E do discurso da oralidade? Afirmar que a escrita virtual situa-se no entremeio do discurso da oralidade e do discurso da escrita significa contemplar nesse processo as contradições inerentes tanto a um quanto a outro discurso, significa trabalhar no intervalo entre esses dois discursos, não valorizando um em detrimento do outro, mas dando legitimidade aos dois. Significa, ainda, considerar os lapsos, as falhas, ou chamados "erros" da escrita virtual, os silenciamentos, os sinais gráficos, as imagens como elementos que

[5] O conceito de assunção de autoria será trabalhado no próximo item do presente artigo.

constituem a materialidade da escrita virtual. No entanto, é preciso destacar que vivemos em uma sociedade da escrita. Nesse sentido, conforme nos afirma Orlandi (2002, p. 232),

> a oralidade se esgueira de forma marginal em situações muito particulares e que são rupturas em relação à nossa ideologia dominante da escrita. Mesmo quando pensamos estar na oralidade, estamos na oralização da escrita. Nossos enunciados já têm a forma material da escrita, no modo mesmo em que se configura nossa memória discursiva. E, cada vez mais, as tecnologias da escrita se sofisticam, se naturalizam, deixando pouco espaço para a irrupção da oralidade.

A partir da reflexão produzida no parágrafo anterior e considerando tal afirmação de Orlandi, podemos dizer, então, que a internet proporciona sim uma irrupção da oralidade, mas pelo processo de oralização da escrita. Ou seja, a oralidade está presente, marca-se no ambiente virtual pela escrita, que ganha uma nova configuração, é (re)inventada, incorporando à sua materialidade imagens, *emotions*, sinais gráficos, erros de digitação e até novas palavras, que são formas de trazer para o discurso da escrita as marcas da oralidade. Hoje, não é raro experienciarmos a substituição da conversa face a face pelo bate-papo pela internet, quando não presenciarmos relacionamentos que se constroem a partir da rede, o que aponta para novas formas de subjetivação do sujeito que vive nessa sociedade do espetáculo. E a escrita é elemento estruturante desse processo que produz relações de identificação o tempo todo com o outro, ainda que esse outro seja um desconhecido. Como nos diz Coracini (2006, p. 144), “as identificações com o outro que vive problemas, dúvidas, angústias e alegrias semelhantes aos seus ou o desejo do outro que, diferente, provoca nele, internauta ou telespectador, o desejo de ser o que não é e de ter o que não pode, sustenta sonhos, ilusões, fantasias e a esperança numa realidade impossível”. A internet, então, legitima essa forma de escrita outra, cheia de lapsos, atos falhos, silenciamentos, ausências, produzida pelo sujeito-internauta que busca, na escrita virtual, uma forma não só de subjetivar-se, mas também de preencher a falta, de satisfazer o seu desejo pelo outro que o constitui irremediavalmente. Estamos diante, portanto, não apenas de uma (re)invenção da escrita, mas também de uma nova forma de escritura da sociedade, com paradigmas móveis e informações transitórias. Ou seja, o modo como a escrita se inscreve na sociedade atual produz uma nova forma de escritura dessa sociedade, onde os sujeitos estão submetidos às novas tecnologias, as quais exercem sobre eles relações de poder, determinando o modo como o sujeito moderno se relaciona com a escrita.

Orlandi afirma que a escrita “é lugar de constituição de relações sociais, isto é, de relações que dão configuração específica à formação social e seus membros. A forma da sociedade está assim diretamente relacionada com a existência ou a ausência da escrita” (2002, p. 233). E nunca vivemos um momento sócio-histórico em que a escrita esteve tão presente como agora, com a presença diária da internet em nossas vidas. Por isso, podemos dizer que estamos construindo uma nova forma de escritura para a sociedade, a qual passa pela legitimação da internet como um espaço institucional, onde a escrita é elemento estruturante.

A legitimação da internet como espaço institucional se dá, então, não só pela importância que ela assume no contexto dos negócios e do trabalho, mas também pelo espaço criado para a escrita e a leitura, a partir do hipertexto. E como acontece a textualização do hipertexto? Há um efeito-autor na escrita virtual? Essas e outras questões serão tratadas no próximo item.

Refletindo sobre a autoria e a textualização do/no hipertexto

O texto eletrônico, ou hipertexto, é, segundo Chartier (2007), um texto móvel, maleável, aberto. Ou seja, a dispersão é da ordem de sua constituição. Para a Análise do Discurso (doravante AD), todo e qualquer texto é atravessado pela dispersão, no entanto, parece-me que o hipertexto, ao invés de produzir um efeito de unidade, de completude, de evidência de sentido, que é o que se espera de um texto impresso, produz o efeito de dispersão, de incompletude, de provisoriedade. Então, o seu fechamento é da ordem do simbólico, se é que se produz esse efeito de fechamento.

Chartier chama a atenção para o fato de que o leitor do texto eletrônico “pode intervir não somente nas margens, mas em seu conteúdo mesmo, deslocando, reduzindo, aumentando, voltando a marcar as unidades textuais nas quais ele se ampara.” (2007, p. 208) E a conseqüência disso “conduz à supressão do nome e da figura do autor como fiadores da identidade e da autenticidade do texto, o qual é constantemente alterado por uma escrita múltipla e coletiva.” (op. cit) E isso aponta, segundo o autor, para o que Foucault apresentou na sua conferência inaugural, em 1970, do Collège de France: a idéia de um mundo textual sem apropriações, sem nome, feito de ondas textuais que se sucediam, onde cada um poderia escrever suas palavras em um discurso já existente. De certa forma, a internet permite hoje aos autores que realizem esse sonho de Foucault da textualidade coletiva, indefinida, dispersa à medida que deixa o texto aberto às escritas, apropriações e alterações.

Essa ausência ou desaparecimento do escritor no processo da escrita, apontadas por Foucault, no entanto, não isentam a escrita do seu efeito ideológico - o de produzir enunciados verdadeiros, que pretendem um sentido 'único'.

Considerando a perspectiva teórica da AD, todo e qualquer texto "só pode ser pensado como um *espaço discursivo heterogêneo e simbolicamente fechado*[6] pelo trabalho discursivo do sujeito-autor: ao costurar e organizar os recortes heterogêneos, dispersos e provenientes de diferentes cadeias discursivas, é produzida a *textualização* desses elementos, a qual é responsável pelos *efeito de apagamento* das marcas de sua procedência, de sua exterioridade/heterogeneidade/dispersão." (Indursky, 2006, p. 72). Logo, produz-se, então, um efeito de unidade, de completude para o texto, ou seja, o que se chama, nesta perspectiva teórica, de *efeito-texto*. A questão que me interessa aqui é, justamente, como se dá esse trabalho discursivo do sujeito-autor, como se produz a textualização do/no hipertexto. Há o chamado efeito-texto?

Em primeiro lugar, há que se considerar a característica, já apontada acima, da "autoria" coletiva, possível no hipertexto. No ambiente virtual, devido à característica de interação, os papéis da leitura e da escrita se (con)fundem, se interpenetram, ou, como diz Lévy, a escrita e a leitura trocam seus papéis. Segundo o autor, "todo aquele que participa da estruturação do hipertexto, do traçado pontilhado das possíveis dobras do sentido, já é um leitor. Simetricamente, quem atualiza um percurso ou manifesta este ou aquele aspecto da reserva documental contribui para a redação, conclui momentaneamente uma escrita interminável (...). A partir do hipertexto, toda leitura tornou-se um ato de escrita" (1996, p. 46). Então, não só leitura e escrita (con)fundem-se, como também as posições-sujeito autor e leitor são intercambiáveis, trocam seus papéis. Não há, portanto, um lugar fixo nem para o autor nem para o leitor, tampouco para o texto que possui a característica de uma escrita interminável, de uma materialidade cheia de lacunas, de diferentes nós, de ausências, que remetem, constantemente, tanto o leitor quanto o autor a outros textos, outras materialidades, a diferentes *links*. Assim, autor e leitor são posições, nem sempre distintas, mas complementares, de um mesmo processo - a escrita virtual.

A leitura do hipertexto, segundo Chartier (2007), consiste em "desdobrar" a textualidade móvel e infinita presente na tela do computador. "Tal leitura constitui sobre a tela unidades textuais efêmeras, múltiplas e singulares, compostas à vontade do leitor, que não são nada das páginas definidas de uma vez por todas." (2007, p. 217-218). O leitor, portanto,

---

[6] Os destaques são da autora do artigo.

constitui o seu percurso de leitura, a partir de um *click* no *mouse*. E essas novas características, tanto da leitura quanto da escrita, incluídos ai o leitor e o autor, apontam para um outro modo de se pensar a autoria no hipertexto. Reflitamos um pouco sobre o processo de autoria.

Em seu trabalho de mestrado intitulado "Que autor é este?", Pfeiffer (1995), ao refletir sobre a idéia do desaparecimento da figura do autor enquanto um sujeito nominalizável e real, afirma que "a primeira razão dessa crença está na base do pensamento foucaultiano (e da AD) que considera a dispersão do sujeito em várias posições diferentes conforme as relações que se estabelecem entre as FDs[7]." (1995, p. 46). E a autoria é uma das posições que o sujeito pode ocupar ao se identificar, increver-se em uma determinada Formação Discursiva. Então, surge um outro questionamento: que FD circunscreve a escrita virtual, o hipertexto?

Pfeiffer (1995) nos mostra como é paradoxal o jogo no qual o sujeito tem que se inserir para ocupar a posição da função-autor[8], pois, ao mesmo tempo, ele tem que ser discernível e universal, o que resulta na homogeneização e na higienização. O sujeito tem que se presentificar como uno, discreto, determinado, já que se submete à determinação da língua e, por sua vez, à FD que o regula. No caso da escrita virtual, o sujeito-internauta está determinado sim pelas regras da língua, mas não controlado por elas. Considerando as características que são inerentes à escrita virtual, o sujeito, por não ser controlado pelas regras da língua e da própria textualização, tem a ilusão de que está livre para escrever como bem entende, sem a preocupação com o erro. Mas, na verdade, ele está também afetado pelos mecanismos de controle social e pela própria internet como instituição, quando ele se submete, se expõe ao lugar do outro. A diferença é que ele não tem consciência disso. A FD que regula o que pode e deve ser dito no ambiente virtual possui fronteiras bastante "elásticas", devido à heterogeneidade de dizeres de diferentes campos de saberes que circulam

---

[7] Pêcheux e Fuchs (1975) afirmam que a formação discursiva "determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harrenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes" (1997, p. 166-167)

[8] Segundo Foucault, a função-autor é "característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade" (1992, p. 46). Para Foucault, a função-autor apresenta quatro características nos discursos por ela constituídos: a apropriação, a fiabilidade, a concretude e unidade, e a cisão que se dá no entremeio entre escritor, locutor real, locutor fictício. Resumindo, então, para Foucault (1969b) "a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas da civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários "eus" em, simultâneo, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar" (1992, p. 56-7).

socialmente e que se inscrevem no ambiente virtual. Na internet, tudo, ou quase tudo, pode ser dito. Daí a ilusão de liberdade do sujeito, que não se dá conta de que é, também, no ambiente virtual, o tempo todo controlado, vigiado pelo olhar do outro.

Orlandi (1996) retoma as reflexões foucaultianas acerca do autor e produz, na teoria da AD, uma discussão própria. Discorda de Foucault em relação à especificidade atribuída ao princípio de autoria[9], afirmando que, para ela, o princípio de autoria é geral. O texto pode não ter um autor específico, mas sempre se imputa uma autoria a ele, já que a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria (cf. Orlandi). Então, o princípio de autoria é necessário para qualquer discurso e está na origem da textualidade.

Para Orlandi (op. cit) a função-autor é aquela em que o sujeito falante está mais afetado pelo contato com o social e suas coerções. Logo, é a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico). E isso significa que as relações de poder e as formas de resistência que se exercem nesse contexto também afetam o sujeito do discurso, enquanto autor, enquanto efeito do lugar social que ele ocupa nessa posição. Então, todas essas relações são constitutivas do discurso e nele se representam pelo princípio de autoria, que é geral, isto é, se dá em todo e qualquer discurso. O texto, que é a materialidade do discurso, e faz parte da construção desse processo discursivo, só pode ser considerado texto se ele produzir sentido. E é o autor quem organiza esse texto. No caso do hipertexto, o que muda é que mais de um autor pode organizar o mesmo texto e a materialidade desse texto é outra, diferente da do texto impresso. Então, a função-autor, que se estabelece pela contradição, pode ser coletiva no ambiente virtual, o que não significa que ela vai ter sempre essa característica. Isso vai depender do gênero textual com o qual estamos trabalhando nesse ambiente. Um exemplo em que a função-autor é coletiva é a escrita dos *blogs*, onde os leitores, ao comentarem os textos dos autores, tornam-se também autores. E esses diferentes autores podem representar lugares sociais também diferentes, embora, em muitos casos, a relação de identificação se constrói pela escrita, justamente, porque há uma relação de identificação anterior, que é da ordem do sócio-histórico e ideológico.

Seguindo a reflexão de Orlandi (2006), dentro dessa perspectiva, o autor é a instância em que haveria um maior "apagamento" do sujeito, já que é da representação do sujeito como autor que mais se cobra a ilusão de ser origem e fonte de seu discurso.

Gallo (1992) ratifica essa idéia, afirmando que

---

[9] Para Foucault (1970), o princípio de autoria consiste no autor como princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações; o autor como base de coerência do discurso. Porém, o princípio de autoria, para ele, não vale para qualquer discurso, nem de forma constante.

> A assunção de autoria pelo sujeito, ou seja, a elaboração da função-autor consiste, em última análise, na assunção da "construção" de um "sentido" e de um "fecho" organizadores de todo texto. Esse "fecho", apesar de ser um entre tantos outros possíveis produzirá, para o texto, um efeito de sentido único, como se não houvesse outro possível. Ou seja, esse "fecho" torna-se "fim" por um efeito ideológico produzido pela "instituição" onde o texto se inscreve: o efeito que faz parecer "único" o que é "múltiplo", "transparente" o que é "ambíguo" (1992, p. 58).

Esse fecho de que a autora nos fala, no caso do hipertexto, é sempre provisório, já que ele é/está sempre aberto a novas intervenções por parte dos leitores que, ao "penetrarem" nesse espaço intercambiável da escrita virtual, tornam-se também autores do texto que estão lendo, podendo, inclusive, mudar a direção de sentido pretendida pelo texto. Por isso, afirmamos que estamos diante de um outro modo de pensar a autoria. Trata-se de uma autoria que se produz por diferentes sujeitos, em que o processo de textualização é marcado por constantes interrupções, que remetem a *links*, fotos, outros textos etc, os quais funcionam como pontos de deriva do texto eletrônico, mas não o isentam do efeito ideológico produzido pelo social. Ou seja, no processo da escrita virtual, a responsabilidade pelo dizer é de todos e de ninguém ao mesmo tempo, ficando, muitas vezes, difícil de identificar marcas próprias de autoria. No entanto, todos os sujeitos que circulam na rede, que se aventuram pelo mundo da escrita virtual, possuem a ilusão de que estão na origem do seu dizer e de que são a fonte daquilo que dizem, logo, que são autores. E, talvez, esteja justamente nisso a fascinação por essa escrita, pois encontram no ciberespaço um lugar de dizer que não é controlado, regulado pelas diferentes instâncias sociais, como é o caso da escola, e da nossa sociedade letrada como um todo.

Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 99), ao trabalhar com a noção de autoria no cotidiano das linguagens, afirma que, em nossa sociedade letrada, há uma

> demanda por textualização nos diferentes modos de formulação significante. Os efeitos de fecho, de unidade, coesão e coerência se impõem no dia-a-dia, nos mais diversos modos de nos relacionarmos com as linguagens. Portanto, a relação simbólica do sujeito com nossa sociedade se faz sob a injunção de textualizar. No entanto, essa injunção se propõe como exigência da responsabilização do sujeito pelo texto, sem nomeá-lo como autor. Estamos sob a injunção da textualização, mas negados como autores possíveis.

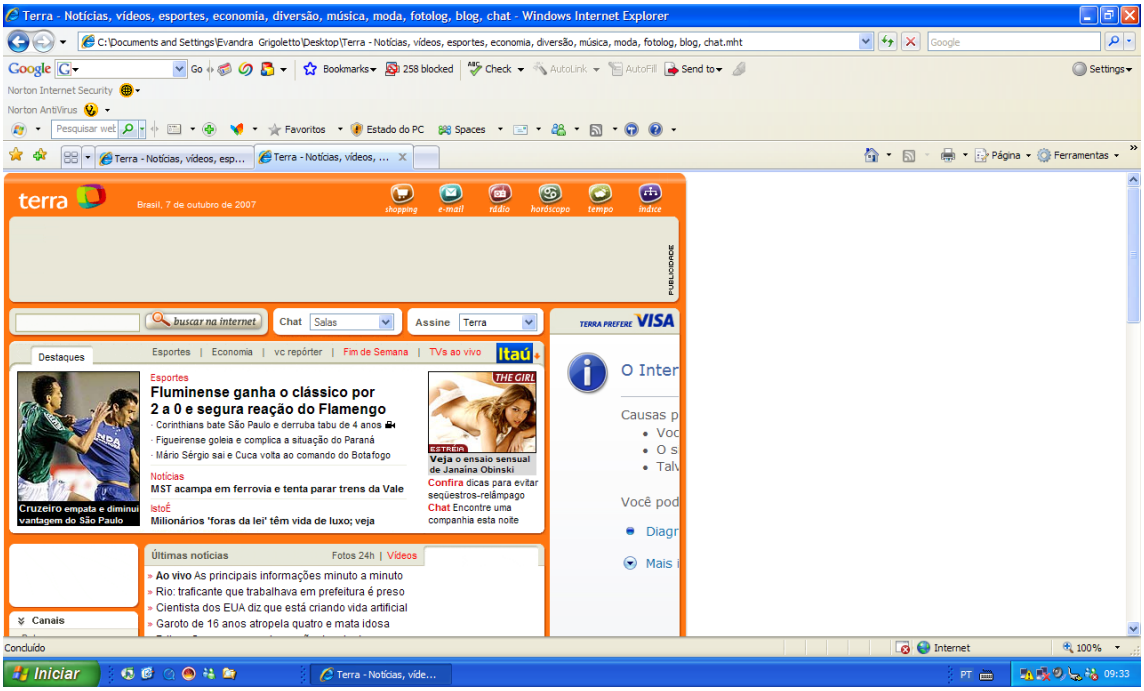
Essa reflexão da autora nos aponta os mecanismos de controle social sobre a escrita, sobre a prática cotidiana de produzir textos, que exige o cumprimento de determinadas regras ao sujeito, mas, ao mesmo tempo, lhe nega a condição de autor, já que o seu dizer não faz história. Deslocando essa reflexão para o ambiente virtual, que também é uma prática

cotidiana de linguagem, o sujeito também está sob a injunção da textualização, mas uma textualização que não é regulada pelos mecanismos de controle das instituições tradicionais. Uma textualização na qual a costura se estabelece, ao contrário, do texto escolar, ou dos diferentes gêneros que circulam cotidianamente na nossa sociedade, pelo nós, pelas lacunas, pelas interrupções, pelas contradições, pelas ausências que remetem a outros textos, a imagens, a *sites*, a outros leitores e outros autores, em que o efeito que se produz não é do fecho, mas o de dispersão, de incompletude, de provisoriedade.

O hipertexto pode ser tomado como lugar intervalar, no qual o leitor navega, produz sentido, se (re)significa, constitui-se autor, penetrando nos diferentes labirintos colocados à sua disposição na textualização desse gênero. Passo, agora, a uma breve análise, a partir de um exemplo de hipertexto.

Navegando no ciberespaço: algumas análises de hipertexto

Escolhi, para fazer uma reflexão, a página inicial do terra do dia 07 de outubro de 2007. No entanto, como podemos visualizar abaixo, a página não aparece na íntegra. Portanto, há mais uma série de informações que poderíamos visualizar, caso estivéssemos conectados e pudéssemos rolar o cursor até o fim da página. Como a proposta não é fazer uma análise exaustiva, o que visualizamos já serve aos objetivos deste trabalho.



Como assinante desse provedor, percebo, sempre que acesso essa página, determinadas regularidades, como é o caso dos lugares em que as informações aparecem, o destaque que é dado para cada informação etc, o que já aponta para o efeito ideológico da determinação dos sentidos. Observemos, por exemplo, as duas fotografias de destaque no início da página: futebol e sexualidade. Ambas estão acompanhas de notícias também de destaque na página, em detrimento do destaque menor dado a outras notícias, como é o caso da notícia sobre o MST e outras sobre violência, de importância menor. Ou seja, o sentido que se quer evidenciar ai, pelo mecanismo de funcionamento da ideologia, é que o que interessa ao brasileiro, num domingo, é o futebol e a mulher. Daí a imagem do país do futebol e de belas mulheres.

No entanto, ao mesmo tempo, em que essa página é dotada de regularidades, ela é também atravessada pela dispersão, pela contradição. E é isso, sobretudo, que me interessa analisar aqui. E as próprias regularidades remetem à dispersão, uma vez que aparecem só os títulos das notícias. O leitor é quem, supostamente, vai escolher o que ler, adentrando pelos labirintos desse lugar intervalar. Ou seja, são os pontos de deriva que domesticam o caminho a ser percorrido pelo leitor e, por sua vez, o sentido.

Observando a página, verificamos a quantidade de informações, pertencentes aos mais diferentes campos de saberes (esporte, política, violência, sexualidade, etc) podem ser ditas nesse espaço, o que remete à heterogeneidade que suporta essa FD da escrita virtual. Em relação à textualização, verificamos as inúmeras lacunas, interrupções, remissões a *links*, a espaços de dizeres autorizados a qualquer internauta, como é o caso do convite do chat - “Encontre uma companhia para esta noite” - em destaque na página, que interpela o internauta a expor-se ao outro, na intimidade. O internauta, ao entrar nessas lacunas, procura preencher os espaços de falta que lhe são constitutivos. Pela internet, ele pode preencher a falta do consumo, do amor, do saber etc, o que produz nesse sujeito a ilusão de tudo dizer e de ter todos ou, pelo menos, boa parte dos seus desejos atendidos, o desejo pela completude. E esses movimentos do sujeito só são possíveis pelo modo como a textualização desse texto é costurada. Por isso, afirmei, e reitero aqui, que o efeito que se produz é o da dispersão, da incompletude, da provisoriedade.

Em relação à autoria, observamos que há espaço tanto para o sujeito ocupar a posição de leitor quanto de autor. O leitor, ao clicar em cada uma das notícias, vai ser (re)direcionado para uma série de outras notícias. Então, ao clicar com o mouse, ele vai construindo o seu percurso de leitura, que é uma leitura fragmentada, justamente por ser cheia de lacunas, ausências etc, que remetem a outros *links*, outros textos, a possibilidades de comentários, em

alguns casos, permitindo que o leitor intercambie a sua posição com o autor. Embora a maioria dos textos não são assinados, há um princípio de autoria que organiza essa e não outra textualidade. Mas não há um efeito-autoria, que produz o efeito de fechamento, de desambigüização. A função-autor, como discuti no item anterior, pode ser ocupada por qualquer sujeito internauta, mas mesmo àquele de quem é cobrada a responsabilidade do dizer, que é o jornalista que escreve notícias para o site, não é permitido assinar o seu nome. Ou seja, a condição de autor lhe é negada, justamente por ser autor de um texto passageiro, provisório, efêmero que, conforme as normas criadas pela sociedade letrada, não faz história. Por outro lado, quando o leitor passa dessa condição a de escritor, a posição de autor lhe é permitida, embora nem sempre ocupada, já que, nesse processo, ele não está determinado pelos mesmos mecanismos de controle social da prática cotidiana da autoria, que exige do autor coerência, legibilidade, uma escrita produzida dentro dos padrões gramaticais e com um formato pré-determinado. Segundo Lagazzi-Rodrigues (2006), ser autor é estar na tensão entre ser responsabilizado pelo dizer e assumir-se origem do texto, autorizando-se na prática cotidiana da autoria. No caso da escrita virtual, por exemplo, a escrita em *blogs*, no orkut entre outros gêneros que contemplam a escrita de si, o internauta assume-se origem do texto e responsabiliza-se pelo seu dizer, já que ele pode, supostamente, dizer tudo. Então, na verdade, é afetado por essa ilusão de dizer tudo e não ser cobrado, regulado por esse dizer, é que o sujeito-internauta ocupa a posição de autor, até porque há muitas marcas de singularidade nessa escrita[10].

Produzindo um efeito de conclusão: algumas implicações no ensino da leitura e da escrita

Tomando a reflexão produzida ao longo do artigo, gostaria de concluí-lo fazendo algumas considerações sobre as implicações que esse lugar de autor na escrita virtual pode trazer para o ensino da leitura e da escrita na escola. Se, conforme pontuei no item anterior, mais do que em outros ambientes, a internet pode constituir-se num lugar de produção de autoria, por que a escola não está fazendo uso dessa ferramenta?

Embora a escola venha fazendo alguns movimentos de inclusão da internet, das novas tecnologias na sala de aula, esses movimentos ainda são muito tímidos, diante da maneira avassaladora como esse mundo da virtualidade nos atravessa e nos constitui. Além de tímidos,

---

[10] Discuto essa questão do modo como o sujeito-internauta singulariza o seu dizer na escrita produzidas em *blogs*, no artigo "A busca da identidade pela/na escrita virtual: uma análise de *blogs* "antipeso", publicado no livro *Questões de leitura no hipertexto*, publicado pela UPF editora, em 2007.

os que existem estão ainda muito perpassados pela normatização, própria da escola. De nada adianta propor ao aluno, por exemplo, que ele escreva num outro ambiente, diferente do da sala de aula, se essa escrita continua vigiada pela figura do professor e pelas normas gramaticais[11]. Então, não resolve criticarmos o internetês, fazer dele uma "praga" para a escrita dos nossos alunos, se não proporcionamos, efetivamente, na sala de aula, a possibilidade de nossos alunos constituírem-se autores. Ou seja, se não é possível resistir a isso, "o melhor é penetrar nesse mundo da virtualidade para compreender melhor o outro - colega professor, aluno, jovem, filho - e a nós mesmos, ainda que tal compreensão nos remeta a outras interrogações sobre a nossa própria capacidade de compreender e sobre a nossa própria identidade" (Coracini, 2006, p. 153).

Não podemos mais ignorar que a internet é um lugar de dizer de um contingente significativo de jovens e adolescentes. É preciso, pois, que a escola pense sobre as peculiaridades, as marcas, os sentidos da escrita virtual, conduzindo o aluno na passagem de um ambiente a outro no processo de autoria. Ou seja, ele precisa constituir-se autor não só na escrita virtual, mas também na prática cotidiana da escrita. Mas não será a escrita virtual o início desse caminho? Como nos diz Coracini (2006, p. 154), a escola não pode mais teimar em se manter à margem desse mundo rarefeito;

> isso vale para o(a)s professor(a)s, prisioneiro(a)s que são, em sua maioria, de sua formação, que sentem dificuldade em compreender seus alunos, desinteressados pela matéria, desligados de suas explicações, sintonizados em outras ondas, plugados noutro mundo, mundo-espetáculo que, entretanto, ainda guarda fragmentos do anterior, assimilados, dissimulados, transformados, deformados, (des)identificados, (ir)reconhecíveis: o mesmo no diferente, o diferente no mesmo, mundo hídrido, heterogêneo, complexo, que, por isso mesmo, espalha tensões, conflitos e contradições que precisamos administrar para não sucumbir....

Eis ai um convite para reflexão, para (re)pensar o ensino da língua e, conseqüentemente, da leitura e da escrita na escola.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita.* São Paulo: Editora Unesp, 2002.

_____. A escrita na tela: ordem do discurso, ordem dos livros e maneiras de ler. Trad. de Fabiane Verardi Burlamaque. In: RETTENMAIER, Miguel & RÖSING, Tânia M. K. (orgs.). *Questões de leitura no hipertexto.* Passo Fundo: UPF editora, 2007, p. 200 – 222.

[11] Venho investigando esse processo da escrita no ambiente virtual e escolar, no âmbito do projeto "Discurso, mídia e escola: questões de identidade e escrita", ainda em andamento e desenvolvido junto à minha instituição.

CORACINI, Maria José. Identidades múltiplas e sociedade do espetáculo: impacto das novas tecnologias de comunicação. In: MAGALHÃES, Isabel; CORACINI, Maria José; GRIGOLETTO, Marisa (orgs.). *Práticas identitárias: língua e discurso.* São Carlos: Claraluz, 2006, p. 133 -156.

DI LUCCIO, Flavio & NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Hipertexto, *blogs* e leitores escritores. In: RETTENMAIER, Miguel & RÖSING, Tânia M. K. (orgs.). *Questões de leitura no hipertexto.* Passo Fundo: UPF editora, 2007, p. 92 - 110.

FOUCAULT, Michel (1970). *A ordem do discurso.* Trad. brasileira de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. (1969). *O que é um autor?* 2ª ed., Vega: Passagens, 1992.

GALLO, Solange Leda. *Discurso da escrita e ensino.* 2ª ed., Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

GRIGOLETTO, Evandra & JOBIM, Ana Paula. A busca da identidade pela/na escrita virtual: uma análise de *blogs* "antipeso". In: RETTENMAIER, Miguel & RÖSING, Tânia M. K. (orgs.). *Questões de leitura no hipertexto.* Passo Fundo: UPF editora, 2007, p. 64 – 91.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni & LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade.* Campinas: Pontes, 2006, p. 33 - 80.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni & LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.) *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade.* Campinas: Pontes, 2006, p. 81 - 103.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

ORLANDI, Eni P. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, Bethania (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 21 - 30.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Discurso e leitura.* 3ª ed., São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

PFEIFFER, Claudia Regina C. *Que autor é Este?* Dissertação de mestrado. Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 1995.